

A ESTRATÉGIA MILITAR BRASILEIRA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Valterian Braga Mendonça*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a análise da estratégia brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. Desenha o preparo de nossas forças armadas à época, no contexto de rivalidades no Cone Sul da América Latina. Ressalta os interesses em jogo. Conclui mostrando que não havia uma estratégia estabelecida para a participação do Brasil na guerra; ela foi se definindo *pari passu* à evolução da política externa brasileira.

Palavras-chave: Estudos estratégicos. Brasil. Primeira Guerra Mundial.

Abstract

The main objective of this text is the analyzes of the Brazilian military strategy during the First World War. It intents to give a notion of the Brazilian Armed Forces awareness on those years in a context of South-American rivalries. It emphasizes the benefits at stake. It concludes that there wasn't a political and military strategy for the Brazilian participation in the World War One; the strategy was being defined *pari passu* the evolution of the Brazilian external affairs policies.

Key-words: Strategic studies. Brazil. First World War.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente pesquisa o papel da imprensa na modernização das forças armadas brasileiras em razão da Primeira Guerra Mundial. E-mail: mendoncavb2002@hotmail.com.

O assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do Trono Imperial da Áustria-Hungria, a 28 de junho de 1914, em Sarajevo (na Bósnia), teria sido apenas mais um atentado contra monarcas¹, não fossem os caminhos tortuosos trilhados pela diplomacia das grandes potências no contexto da conturbada política europeia da época. A conflagração, inicialmente envolvendo apenas nações do Velho Continente, foi chamada de "Guerra da Europa". Logo o conflito se expandiu envolvendo as colônias das potências europeias na África e na Ásia. E a conflagração passou a se chamar "Grande Guerra". Mais tarde, os interesses em jogo atraíram para a luta o Japão e os Estados Unidos da América (EUA), estes com respaldo de outras nações do Novo Mundo. O conflito tornara-se então uma Guerra Mundial.

Idealistas, à época, propagavam que se lutava a guerra que acabaria com todas as guerras. Porém, apenas duas décadas mais tarde, eclodiria outra guerra ainda mais longa, mais sangrenta e de consequências mais nefastas que a anterior. Esta ficou conhecida como a Segunda Guerra Mundial (ou Segunda Grande Guerra), razão pela qual aquela passou a se chamar Primeira Guerra Mundial (ou Primeira Grande Guerra).

O Brasil declarou formalmente reconhecer "o estado de beligerância iniciado pelo Império Alemão" e participou ativamente da Primeira Grande Guerra enviando seus filhos para a luta na Europa, fato ainda pouco conhecido e menos ainda estudado em nosso meio acadêmico. Este texto pretende apresentar uma visão abrangente que ajude a despertar o interesse de estudiosos para a participação do Brasil na referida guerra. Para tanto, veremos, em breves palavras, o contexto da Europa no início do século XX, o conceito de estratégia, as estratégias das grandes potências naquela conflagração, quando, então, será abordado o contexto em que estava imerso o Brasil e, por fim, depreenderemos qual teria sido a estratégia militar elaborada com vistas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

¹ Vivia-se uma época particularmente caracterizada por movimentos nacionalistas radicais que promoviam atentados contra monarcas. Destacam-se os seguintes regicídios: Alexandre II, da Rússia (1881); Elisabeth (Sissi), imperatriz-consorte da Áustria-Hungria (1898); Humberto I, da Itália (1900); Carlos I, de Portugal, e o Príncipe D. Luís Filipe (1908). George I, da Grécia (1913); Franz Ferdinand, Arquiduque e herdeiro do Trono da Áustria-Hungria (1914).

No começo do século XX a Europa vivia a euforia da *Belle Époque*², o otimismo quanto ao progresso da humanidade, o excesso de confiança no desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que existam também os nacionalismos exacerbados, as disputas imperialistas, a corrida armamentista e a política de alianças secretas. A disputa por colônias e mercados na Ásia e na África canalizou, por certo tempo, para fora do continente europeu as tensões que cresciam no seu interior. Contudo, não tardou a chegar o estágio em que as crises do imperialismo teriam reflexos na política interna das sociedades europeias (DÖPCKE, 2001, p.132, 133). Ali, em razão de rivalidades históricas e de políticas de alianças secretas, pouca margem restava para as manobras diplomáticas de distensão de crises.

Àquela época, as potências europeias nutriam, umas para com as outras, questões geradoras de instabilidade, a saber: a França queria reaver a região mineradora da Alsácia-Lorena e vingar-se da derrota sofrida na Guerra Franco-Prussiana (1870/1871), razão pela qual propagou por décadas um "sentimento revanchista"; as terras polonesas e dos países bálticos eram historicamente disputadas entre alemães e russos; a Itália cobiçava as "terras irredentas"³, então sob domínio do Império Áustro-Húngaro; e a Alemanha passou a ser vista como ameaça à hegemonia britânica nos mares. Nos Bálcãs, porém, os interesses das grandes potências convergiam e se entrecrocavam. Ali estava o "barril de pólvora" da Europa (VIZENTINI, 1996, p.41).

O Império Turco-Otomano, após cerca de cinco séculos de dominação, perdia influência e territórios na península balcânica. Era o chamado "velho doente da Europa", e muitos cobiçavam seu espólio. O Império Áustro-Húngaro, então decadente, desejava, nesta região, anexar territórios para fortalecer seu status de grande potência. A Sérvia, ambicionando materializar seu projeto de grandeza (a "Grande Sérvia"), almejava anexar territórios vizinhos, onde viviam povos eslavos. A Rússia, desejando obter o controle

² Expressão francesa que representa um período de relativa tranquilidade social e de supremacia burguesa no início do século XX, com o incremento da produção industrial e maior acesso às facilidades tecnológicas, às informações, ao conforto e ao bem-estar. Contudo, greves frequentes de trabalhadores nos grandes centros urbanos evidenciavam descontentamentos. (AZEVEDO, 2012, p. 62)

³ "Itália irredenta" (ou "terras irredentas") eram os territórios habitados por povos de origem italiana, mas não conquistados durante as guerras de unificação da Itália, permanecendo sob domínio austro-húngaro.

dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos para conquistar livre acesso ao Mar Mediterrâneo, se fundamentava na teoria do pan-eslavismo para apoiar os movimentos nacionalistas sérvios. A Inglaterra, julgando que o acesso da Rússia ao Mar Mediterrâneo seria uma ameaça ao caminho marítimo para a Índia (a "jóia da Coroa Britânica"), revitalizava ali a preponderância turca (DÖPCKE, 2001, p.125, 126). Não sem razão os Bálcãs vivenciaram crises e conflitos no começo do século XX⁴ que levaram ao assassinato do herdeiro do Trono Austro-Húngaro.

Por essa época, as relações internacionais se respaldavam no poderio bélico, fundamentado na industrialização, nos avanços tecnológicos e na capacidade de mobilização, caracterizadas pela produção em larga escala e pela posse de vasta rede ferroviária para deslocamento de tropas e escoamento de suprimentos. Dentro destes parâmetros, a França decaía para nível secundário de grandeza, a Rússia estava bastante atrasada, Itália e Áustria-Hungria eram consideradas frágeis, ascendiam Japão e Estados Unidos da América e a Alemanha despontava como a grande potência mundial. Esta situação preocupou a Grã-Bretanha, que se viu forçada a abandonar seu "esplêndido isolamento"⁵ e interferir na política europeia em busca do restabelecimento do equilíbrio de poder no continente.

As potências europeias buscaram se fortalecer estabelecendo acordos diplomáticos e alianças militares secretas. França, Inglaterra e Rússia vincularam-se duas a duas, constituindo três ententes: a anglo-francesa (Entente Cordiale), a anglo-russa e a franco-russa. Era a Tríplice Entente e seus membros ficaram conhecidos como Aliados.

⁴ A Áustria-Hungria anexou a Bósnia e a Herzegovina (1908). Sérvia, Montenegro, Grécia e Bulgária guerrearam contra o Império Turco pela conquista da Macedônia (1912). Romênia e Bulgária negociaram concessões recíprocas sobre territórios de seus interesses; Grécia e Sérvia travaram guerra contra a Bulgária, que perdeu territórios para Romênia, Turquia e Sérvia. (RODRIGUES, 1985, p.42, 43)

⁵ Nome dado à política externa inglesa de não envolvimento diplomático com as demais potências mundiais com vistas a se dedicar exclusivamente ao seu projeto imperialista. Diante do crescimento alemão, a Inglaterra buscou entendimentos secretos com a França e a Rússia. (AZEVEDO, 2012, p.183)

A Alemanha, temendo ficar geográfica e politicamente isolada pelas potências rivais, desenvolveu acordos com a Áustria-Hungria e a Itália formando a Tríplice Aliança. Mais tarde, com a saída da Itália, a esta aliança aderiram o Império Turco-Otomano e a Bulgária. Eram os chamados Impérios Centrais. De há muito se prenunciava uma guerra de grandes proporções envolvendo as potências da Europa que, previdentes, intensificavam seus preparativos para o que julgavam inevitável e até necessário. Neste contexto, o atentado de Sarajevo tornou-se o "estopim" da Grande Guerra de 1914-1918.

Este trabalho pretende fazer um estudo sobre a estratégia na Primeira Guerra Mundial, em particular aquela adotada pelo Brasil para sua participação neste episódio marcante da História da Humanidade. Convém, portanto, fornecer inicialmente uma visão ampla do conceito de estratégia, palavra que, fiel à sua origem grega, designa a Arte do General e se destinava, especificamente, à aplicação em casos bélicos. Para Carl von Clausewitz (1979, p. 199 e 737) "*estratégia é o uso de embates para atingir a finalidade da guerra*", sendo esta a continuação da política por meio do uso da força, efetiva ou presumida. A guerra se mostra como a continuação da política de um Estado através do uso da violência para impor sua vontade sobre um Estado que se opõe à consecução de seus objetivos ou à defesa de seus interesses. Deste modo, a estratégia é um instrumento cujo uso decorre da política do Estado.

Na obra de John Bayllis (2002, p. 4), Gregory D. Foster concisamente assegura que "*Estratégia é, em última instância, o exercício efetivo do poder*". Robert Osgood expandiu esta definição ao abranger o emprego de outras formas de poder (não apenas o poder militar) para a conquista de objetivos não limitados ao cenário da guerra, mas de interesse amplo da política externa. Para ele, a estratégia deve ser entendida como o plano geral de exercício efetivo do poder por meios tácitos (expressos e dissimulados) valendo-se da capacidade de coerção armada, conjuntamente com os instrumentos econômicos, diplomáticos e psicológicos, em apoio à política externa. A estratégia é, em suma, o guia para conquistar e manter eficientemente os objetivos de um Estado ou de um Governo. Consiste no conjunto de modos de emprego do poder disponível de um Estado para superar os óbices ou antagonismos existentes com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos por sua política.

Para se elaborar uma estratégia, deve-se levar em consideração diversos fatores que sobre ela influem, tidos como condicionantes, a saber: aspectos geográficos, históricos, econômicos, psicossociais, culturais e ideológicos, científicos e tecnológicos, opinião pública, personalidade dos líderes, dentre outros (CAMINHA, 1980, p. 6 e 10). Nesse sentido, segundo Proença Jr. (1999, p. 17), a elaboração de uma estratégia envolve abrangente campo do conhecimento humano relacionado com os conflitos (potenciais ou concretos) e suas motivações.

Uma definição ou conceito de estratégia deve apresentar os elementos essenciais do termo, quais sejam: grupos de poder (ou Estados) em confronto; os objetivos estabelecidos; elementos de poder disponíveis; e o emprego destes para consecução daqueles (CAMINHA, 1980, p. 51). A política é o campo do conhecimento que estabelece os objetivos a serem alcançados e delinea a estratégia (aplicação conjunta e coordenada das ações a serem empreendidas para alcançá-los) regulando a interação das forças antagônicas podendo, inclusive, se valer do recurso à violência. Política é a ciência do governo do Estado e estratégia é o plano geral de emprego do poder do Estado para alcançar seus objetivos (ÁLVARES, 1973, p. 113).

Com este estudo, coletamos subsídios e analisamos indícios que nos possibilitam inferir qual teria sido a estratégia militar brasileira no contexto da Primeira Guerra Mundial. Para tanto, julgamos conveniente dispor de uma visão geral das estratégias adotadas pelas principais nações envolvidas no conflito em pauta. A partir daí, teremos um referencial para ponderarmos quanto à participação do Brasil na referida conflagração. Neste particular, serão abordados os aspectos atinentes à política brasileira, aos seus instrumentos de poder, seus objetivos ou interesses nacionais, em especial no tocante aos fatores condicionantes de ordem histórica, geográfica, econômica, psicossocial e militar.

A Primeira Guerra Mundial, de modo genérico, se desenvolveu em três grandes teatros de operações⁶: ocidental, oriental, sudeste.

⁶ Compreende-se como teatro de operações o espaço geográfico (terrestre, marítimo e/ou aéreo) onde se desenvolvem ações militares e suas atividades logísticas correlatas.

O *teatro ocidental* compreendeu as lutas desenvolvidas entre o Império Alemão e a França, reforçada pela resistência da Bélgica com apoio da Inglaterra. No *teatro oriental* (ou nordeste) travaram-se basicamente as lutas entre o Império Alemão e a Rússia. O *teatro sudeste* (ou mediterrâneo) compreendeu teatros menores (o italiano, o balcânico, o da Palestina e o da Mesopotâmia) envolvendo potências regionais aliadas das grandes potências (HART, 1982, p.203, 218 e 230). Ocorreram também operações militares de realce no Extremo Oriente, nos mares da América do Sul e no continente africano, caracterizadas pelas ações de navios corsários alemães, pelas batalhas de Colón (na costa do Chile) e das Falklands (nos mares das Ilhas britânicas ao sul da Argentina), bem como por guerrilhas de resistência na África Oriental Alemã (SIBLEY, 1979, p. 7 e 8).

A Alemanha envolveu-se na mais plausível e menos desejável situação prevista em caso de guerra: lutar em duas frentes⁷ simultaneamente contra países coligados. Viu-se digladiando a oeste com a França e a leste com a Rússia, tendo ainda no Mar do Norte a oposição da mais poderosa marinha do mundo (a inglesa) e, no Mar Mediterrâneo, a da marinha francesa. Para esta hipótese, o estado-maior alemão, prevendo decidir a luta em terra, desenvolveu o Plano Schlieffen⁸, segundo o qual o segredo para a vitória consistia em mobilizar suas forças com mais rapidez que seus oponentes e combater um inimigo por vez. Desta feita, aproveitando-se da lentidão da mobilização russa, atacaria primeiro a França, na frente oeste, derrotando-a numa guerra rápida. Vencida a França, a Alemanha tornaria a concentrar suas forças para, desta feita, combater a Rússia na frente leste (PROENÇA JR. et Alli, 1999, p. 36).

⁷ Chama-se frente (ou *front*, em francês) a faixa do terreno onde forças militares antagônicas estão em contato com troca de fogos (tiros), movimentação de tropas ou ações diretas de observação e vigilância.

⁸ O general Alfred von Schlieffen (1833-1913) elaborou o plano para atender à hipótese de guerra segundo a qual a Alemanha se defrontaria simultaneamente com a França, a oeste, e a Rússia, a leste. Pensador arguto e obstinado, Schlieffen trabalhou até os últimos dias de vida no refinamento de seu plano, considerado, na teoria, uma obra-prima. (AXELROD e PHILLIPS, 1998, p. 385, 386)

No *teatro ocidental*, a estratégia da França se consubstanciava no Plano XVII, que previa deter o avanço alemão por meio de uma defensiva inicial apoiada em um conjunto de fortes em suas fronteiras, seguida de uma fulminante contra-ofensiva. A concepção deste plano estimulava a que a Alemanha tivesse como linha de ação razoável e previsível efetuar um amplo desbordamento da linha de fortificações fronteiriças, penetrando o território da França através da Bélgica. (HART, 1982, p. 205 e 208). Neste teatro, as forças oponentes atingiram o ponto de equilíbrio e a luta, prevista para ser de curta duração, cedeu lugar à guerra de trincheiras, que se estendeu de setembro de 1914 a março de 1918.

A França, necessitando aliviar a pressão alemã sobre si, forçou os russos a criarem o front oriental desferindo antecipadamente uma ofensiva, quando ainda não estavam preparados (HART, 1982, p. 218 e 219). Desta forma, deu-se o oposto do previsto ou pretendido pelo Plano Schlieffen: ao iniciar a guerra, a Rússia já havia antecipado sua mobilização; a Alemanha viu-se compelida a combater em duas frentes simultaneamente, por quase quatro anos; e foi a Rússia, não a França, a primeira a sucumbir. A ofensiva russa foi detida na Prússia Oriental, em agosto de 1914. Os russos se viram forçados a retroceder em toda a frente e seus contra-ataques resultaram em derrotas desastrosas. A insatisfação popular crescente levou à revolução bolchevique, que praticamente forçou a Rússia a retirar-se da guerra⁹ (BURNS, 1983, p. 858). Com isso, os alemães iniciaram uma sequência de poderosos ataques no front ocidental, ameaçando levar de vencida a resistência aliada. Porém, a contraofensiva de franceses e ingleses, agora apoiados pelos Estados Unidos, pôs finalmente termo à guerra¹⁰.

A Itália, antes membro da Tríplice Aliança, inicialmente não aderiu à guerra. Porém, nove meses mais tarde, em 26 de abril de 1915, diante da oferta de recompensas territoriais (Eritrêia, Somália, Líbia e as "terras irredentas"), assinou em Londres sua adesão à Tríplice Entente (SULLIVAN, 1994, p.334 e 335).

⁹ A Rússia saiu formalmente da guerra com a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, em 03 de março de 1918.

¹⁰ Os EUA declararam guerra à Alemanha em 06 de abril de 1917. Os combates cessaram com a assinatura do armistício, em 11 de novembro de 1918, em Compiègne, na França.

Lutou contra a Áustria-Hungria, apoiada por estratégia diversionária¹¹ da Romênia. A entrada da Romênia na guerra atraiu forças da Áustria-Hungria sobre si refreando o ataque desta contra a Itália. A fraqueza militar do Império Áustro-Húngaro obrigou a Alemanha a vir em seu apoio retirando tropas da frente oriental e reduzindo o ímpeto de sua campanha de desgaste na frente ocidental. (HART, 1982, p. 226 e 229)

A Inglaterra pretendia transferir seus esforços para o teatro balcânico efetuando um desembarque de tropas na Salônica (Grécia), vista como região estratégica por propiciar acesso pela retaguarda ("porta dos fundos") da Alemanha e da Áustria-Hungria. A França, porém, relutava em admitir qualquer alteração nos planos em andamento, que priorizavam as ações no teatro ocidental. Tendo em vista possibilitar a abertura de acesso para abastecimento da Rússia pelo Mar Negro, a Inglaterra empreendeu a Campanha dos Dardanelos¹², onde os turcos apresentaram tenaz resistência. (HART, 1982, p. 239)

Nos teatros da Mesopotâmia e da Palestina prevaleceu a guerra de guerrilhas. Os árabes, liderados pelo agente inglês T.E. Lawrence (o "Lawrence da Arábia")¹³, evitaram confrontar os pontos fortes do inimigo, explorando suas vulnerabilidades; valendo-se da mobilidade, da rapidez e da surpresa, empenharam-se em combates breves, emboscadas e sabotagens, que elevaram as perdas e abalaram o moral das tropas do Império Turco. (HAYTHORNTHWAITTE, 1992, p. 46)

¹¹ Ações diversionárias são as iniciativas desenvolvidas com o intuito de criar um novo foco de atenção de modo a forçar um oponente a dividir esforços aplicando-os em locais distintos, de modo a reduzir a pressão sobre determinada área ou região crítica.

¹² A Campanha dos Dardanelos (Turquia) consistiu num conjunto de operações militares malogradas levadas a efeito por forças britânicas e francesas. Teve início em fevereiro de 1915, com o bombardeio dos fortes turcos no Estreito de Dardanelos, seguido da tentativa de passagem forçada, em março. Em abril e em agosto os aliados desembarcaram tropas na Península de Galípoli, mas estas ficaram detidas na praia até janeiro de 1916, quando tiveram que se retirar. (HAYTHORNTHWAITTE, 2005, p. 23, 24, 27)

¹³ Thomas Edward Lawrence (1888-1935) teve excelente formação acadêmica. Defendeu, com louvor, aos 22 anos de idade, tese sobre as Cruzadas. Durante a Primeira Guerra Mundial, serviu no exército britânico como oficial de inteligência. Foi o organizador e líder das forças irregulares árabes em favor da causa britânica no Oriente Médio. Fez parte da delegação britânica no Tratado de Versalhes. Registrou suas memórias de guerra no livro *Sete Pilares da Sabedoria*. (AXELROD e PHILLIPS, 1998, p.226, 227)

A longa guerra de trincheiras na frente ocidental, as malogradas ofensivas russas na frente oriental, os insucessos do exército italiano, a frustrada campanha aliada nos Bálcãs e a desgastante guerrilha na Mesopotâmia e na Palestina deixaram a guerra, como um todo, estabilizada e indecisa em terra. Com isso, reforçou-se a busca por uma decisão da guerra no mar. (HERWIG, 1994, p. 255 e 256)

Grã-Bretanha e Alemanha detinham as duas maiores esquadras do mundo. Alegava-se que o crescimento da marinha alemã ameaçava a supremacia marítima britânica, porém aquela representava apenas metade do poder desta. Totalmente dependente da importação de gêneros de primeiras necessidades por via marítima, a Grã-Bretanha tinha como vital a preservação de sua hegemonia nos mares com vistas a assegurar sua posição de potência industrial e comercial. Para tanto, a Grã-Bretanha estabeleceu como estratégia o “modelo de potência dupla”, que previa a capacidade de defender seu território na Europa e proteger seu tráfego marítimo internacional lutando simultaneamente contra duas potências mundiais. (GOOCH, 1994, p. 285 e 290 a 292)

A marinha britânica vislumbrava três modalidades de emprego: a “batalha decisiva”, o “bloqueio naval” e “as operações anfíbias”. A *batalha decisiva* consistia em buscar o confronto aberto com a esquadra inimiga, quando uma fatalmente destruiria a outra. O *bloqueio naval* consistia em impedir que navios demandassem ou saíssem de portos do país adversário de modo a submeter sua população a privações forçando o governo inimigo à rendição. Por meio de *operações anfíbias*, a Inglaterra desembarcaria tropas em território hostil com vistas ao desenvolvimento de operações terrestres subsequentes. (STEVENS & WESTCOTT, 1958, p. 446)

O malogro da campanha do Dardanelos tornou as operações anfíbias uma temeridade e a propalada batalha naval decisiva não ocorreu. Depois da batalha da Jutlândia¹⁴, a Alemanha percebeu que não teria condições de repor as perdas decorrentes de confrontos diretos com a marinha britânica. Viu-se forçada a recolher seus navios a suas bases conservando-se como uma “esquadra em potência” (*fleet in being*)¹⁵.

¹⁴ Travada das 14:15h do dia 31 de maio até às 03:00h do dia 01 de junho de 1916, nas proximidades da Península da Jutlândia (Dinamarca), envolveu 148 navios e 80.000 marinheiros britânicos contra 100 navios e 45.000 marinheiros alemães. As perdas britânicas foram maiores (14 navios e 6.000 marinheiros contra 10 navios e 2.500 marinheiros). (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009, p. 385, 366, 373)

¹⁵ É a esquadra que, mesmo sem se lançar ao mar, obriga o adversário a empregar forças navais para se proteger contra suas possíveis ações.

Restou à Grã-Bretanha priorizar o bloqueio naval, buscando sufocar comercialmente a Alemanha. Em resposta, para estrangular o comércio internacional aliado, a Alemanha promoveu o bloqueio submarino, principalmente contra mercantes que rumassem para as Ilhas Britânicas. A guerra ao comércio marítimo inimigo assumiu importância vital para cada lado beligerante. (STEVENS & WESTCOTT, 1958, p. 446)

A surpresa no emprego do submarino como arma de ataque pelos alemães gerou perplexidade entre os Aliados que, com o decorrer do tempo, adotaram simultaneamente três medidas fundamentais para o desenlace da guerra: o bloqueio naval, a campanha anti-submarino e o comboio (ALBUQUERQUE, 1971, p. 80). Somente sob pressão norte-americana, diante do poder de negociação que detinham em face da substancial ajuda que prestariam ao esforço de guerra aliado, o Almirantado Britânico aceitou instalar minas e redes antissubmarino nos estreitos do Mar do Norte e adotar o sistema de comboios (grupo de navios mercantes viajando juntos, sob proteção de belonaves). (STEVENS & WESTCOTT, 1958, p. 459 e 460)

O sistema de minagem e de redes antissubmarino implantado no Canal da Mancha (entre a França e a Inglaterra) e no estreito entre a Escócia e a Noruega reteve considerável número de submarinos alemães no Mar Báltico. O sistema de comboios se tornou de uso generalizado a partir de maio de 1917, implicando em redução na média mensal de navios mercantes afundados enquanto duplicaram os casos de sinistros com submarinos germânicos (STEVENS & WESTCOTT, 1958, p. 466). Com a redução drástica das ações submarinas alemãs, o comércio marítimo aliado voltou a crescer.

Os EUA declararam beligerância à Alemanha depois que anteviram sofrer grave crise econômica, caso os Aliados fossem derrotados, situação que impossibilitaria a estes saldar as elevadas dívidas contraídas para custear seus esforços de guerra. A partir desta percepção, empregou-se a mídia para influenciar a opinião pública em respaldo à decisão de entrar no conflito ao lado da Tríplice Entente.¹⁶ A participação da marinha americana na guerra em favor

¹⁶ O clamor popular em favor da causa aliada se acirrou com as notícias dos afundamentos de mercantes americanos que forçavam o bloqueio alemão e com a divulgação do suposto *telegrama Zimmermann*, segundo o qual o chanceler a Alemanha apoiaria o México numa guerra diversionária contra os EUA pela reconquista dos territórios do Texas, Arizona e Novo México.

dos Aliados consistiu em patrulhar o Oceano Atlântico, escoltar comboios de navios mercantes e transportar tropas e toda sua logística para a Europa¹⁷.

Mas, e quanto ao Brasil? Quais interesses conflitavam com os de alguma das potências em luta? De quais instrumentos de poder dispunha o país para fazer frente a uma potência europeia? Existia a hipótese de uma situação de guerra na Europa da qual o Brasil pudesse vir a participar? Qual seria a sua estratégia, nesse caso?

Enquanto a Europa vivenciava o imperialismo, os nacionalismos exacerbados e a corrida armamentista, o Brasil vivia ainda as crises da transição do regime monárquico para o republicano. Com acentuada instabilidade política e seguidas convulsões internas, o Brasil era um país rural (a maioria de sua população vivia no campo), de economia agroexportadora (sua maior riqueza era o café, vendido em grãos, sem qualquer beneficiamento ou valor agregado), dependente de empréstimos de bancos estrangeiros para balancear suas finanças, de deficiente infraestrutura, com elevado índice de analfabetismo e precárias condições de saúde pública. O Barão do Rio Branco¹⁸ afirmava que, no Brasil, tudo era estratégico e, nesse tocante, nada tínhamos (CARDIM & ALMINO, 2002, p.303): telégrafos, ferrovias, estradas de rodagem, indústrias, saneamento, saúde, educação, organização e reaparelhamento das forças armadas.

Ao alcançar relativa estabilidade interna, o Brasil pode voltar suas atenções para as relações internacionais e concentrar suas energias no desenvolvimento de uma política externa construtiva pautada em três objetivos principais: a demarcação das fronteiras nacionais, a conquista da liderança na América do Sul e a promoção do prestígio do país junto às grandes potências. Para alcançar tais

¹⁷ Um mês após a declaração de guerra à Alemanha, os EUA já estavam com um comando militar operando na Europa. Oito meses mais tarde, em dezembro de 1917, 200.000 soldados americanos ali se instalaram. Ao final da guerra, em novembro do ano seguinte, haviam mobilizado 4.057.101 soldados, 78.839 fuzileiros navais e 599.051 marinheiros. (LAFEBER, 1994, p. 305 e 306)

¹⁸ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, foi advogado, político e diplomata. Foi Ministro das Relações Exteriores de 1902 até sua morte, em 1912. Sua maior contribuição consiste em ter consolidado a demarcação das fronteiras do país livrando-nos de disputas territoriais.

objetivos, o Barão do Rio Branco promoveu a aproximação do Brasil aos Estados Unidos da América, consubstanciando uma “aliança não escrita”¹⁹. Por meio desta, o Brasil intermediava a implantação da política norte-americana para a América do Sul, enquanto desfrutava de privilegiada confiança e da amizade dos Estados Unidos, aumentando seu prestígio no contexto regional. (BURNS, 2003, p. 34, 35 e 217)

Em termos de segurança, predominava a concepção de que a Capital Federal era a principal região a ser defendida militarmente e que as fronteiras sul (terrestres e marítimas) do Brasil constituíam as mais prováveis rotas de invasão para um pretenso agressor, sendo este possivelmente a Argentina (MCCANN, 1982, p. 57, 62 e 63). Brasil e Argentina disputavam a supremacia em torno do Rio da Prata, cuja importância residia em ser via para o transporte de pessoal e material para o interior do continente. Esta ótica, de grande acolhida entre ilustres pensadores e militares brasileiros, tornou-se tema crucial para a diplomacia regional (BURNS, 2003, p.49).

O major Tasso Fragoso²⁰, então adido militar do Brasil em Buenos Aires, escreveu, em 1910, um longo memorando intitulado “*Conjecturas sobre o plano de operações da Argentina contra o Brasil*”. Este documento especulava quanto a uma possível mobilização de tropas argentinas na fronteira com o Rio Grande do Sul, quando, a partir de Corrientes, seriam desferidos ataques sobre as cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Embora não existissem provas concretas de tais planos de campanha, as ideias básicas contidas neste memorando perduraram por décadas (MCCANN, 1982, p. 60).

¹⁹As seguintes medidas marcam a “aliança não escrita”: o Brasil foi o primeiro país latino-americano a ter uma Embaixada em Washington, em 1905; foi o primeiro país estrangeiro a ser visitado pelo Secretário de Estado norte-americano Elihu Root, em 1906; o Brasil intermediou, junto ao Chile e à Argentina, o reconhecimento do Panamá como país independente da Colômbia; intensificação dos laços comerciais com os EUA, mediante benefícios tarifários; aceitação pelo Brasil da doutrina do pan-americanismo, quando havia relutância dos países hispano-americanos. Em contrapartida, o Brasil recebeu apoio dos Estados Unidos nas negociações para demarcação de suas fronteiras, a Argentina (com quem o Brasil disputava a hegemonia regional) ficou isolada diplomaticamente e o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a Terceira Conferência Pan-Americana. (BURNS, 2003, p. 54, 61, 65, 113, 239, 251, 254 e 257 a 260)

²⁰ Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), militar brasileiro, foi nomeado chefe da Casa Militar pelo Presidente Venceslau Brás, em 1914, atingindo o generalato em 1918. Compôs a junta governativa que substituiu o Presidente Washington Luiz, deposto na Revolução de 1930.

Reforçavam a tese de Tasso Fragoso o histórico de dois séculos de lutas entre espanhóis, portugueses e seus descendentes pelo domínio da região platina.²¹

As questões de demarcação de fronteiras e a busca de equilíbrio de poder ao sul da América Latina²² levaram a uma corrida armamentista na região. Equador, Peru, Bolívia, Chile e Argentina contrataram missões militares estrangeiras para instrução e reformulação de suas forças armadas. Brasil, Chile e Argentina empreenderam esforços inauditos para equipar suas esquadras com os *Dreadnoughts*, as mais modernas belonaves da época, símbolo máximo de "status militar" do começo do século XX. (HUMBLE, 1974, p. 11)

A eclosão da Primeira Guerra Mundial alcançou o poder militar brasileiro em avançado estágio de degradação. A marinha nacional contava com pessoal de precária formação, navios obsoletos e desarmonioso conjunto de meios flutuantes. Excluídas as poucas e pequenas embarcações na imensidão das bacias fluviais do Amazonas e do Paraná-Paraguai, algumas instalações administrativas e de ensino nas principais capitais do país, todos os seus recursos materiais e humanos se encontravam na cidade do Rio de Janeiro, no entorno da Baía da Guanabara.²³

²¹ Destacam-se, dentre estas contendas: campanhas pela Colônia de Sacramento (1680-1828); campanhas contra os índios Guaranis (1754-1756); invasão espanhola ao Rio Grande do Sul e a reconquista portuguesa (1773-1776); invasão espanhola a Santa Catarina (1777); conquista das Missões Orientais (1801); Guerra contra Artigas (1816-1820); Guerra Cisplatina (1825-1828); e Guerra do Paraguai (1864-1870). (DONATO, 2001, p. 94 a 98, 100, 108 e 130)

²² Argentina e Chile tinham questões de limites com relação à Patagônia. A reivindicação argentina sobre a região de Palmas/Missões levou o Brasil a uma aproximação com o Chile. As questões territoriais entre Brasil e Peru favoreceram a aproximação deste à Argentina. Por seu turno, o Brasil desenvolveu boas relações com o Equador, com quem o Peru tinha litígios fronteiriços (COSTA NETO, 1994, p. 63 e 64).

²³ A marinha do Brasil era constituída por: esquadra de alto-mar, flotilhas fluviais (do Mato-Grosso e do Amazonas), flotilha de submersíveis e aviação naval. A flotilha do Amazonas dispunha de quatro navios pequenos e a do Mato-Grosso, de apenas três. A flotilha de submersíveis, com três pequenos submarinos costeiros, não representava contribuição de monta para a defesa nacional. A aviação naval, com 15 hidroaviões para instrução e treinamento, não apresentava valor militar significativo. O núcleo combatente era a esquadra de alto-mar, formada por navios novos, porém já ultrapassados e mal mantidos, acrescidos de navios adaptados (a "esquadra de papelão", de 1893) e de alguns navios remanescentes da época do Império. (MARTINS, 1985, p. 101, 102, 108, 109, 111)

Não gozava de melhor situação nosso exército, onde a soldadesca se compunha da escória da sociedade, o treinamento era praticamente inexistente e faltavam recursos de toda ordem. Constatamos que seu efetivo era pequeno e distribuído de forma irregular pelo território nacional, com pequenas guarnições precariamente instaladas em localidades distantes, contingentes maiores nos grandes centros urbanos e elevada concentração de forças na Capital Federal e no Estado do Rio Grande do Sul, onde se supunham estarem as maiores ameaças à segurança externa do país. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1918, p. 5-9, 80, 143 e 146)

A influência cultural francesa na formação das elites nacionais, o papel desempenhado pela imprensa na mobilização da opinião pública, as pressões políticas, comerciais, diplomáticas e financeiras associadas à evolução da situação política internacional levaram o Brasil a ingressar na Primeira Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos, que se associara aos países da Tríplice Entente. O governo brasileiro, deliberada e conscientemente, assumiu o risco de ter seus navios torpedeados ao forçar passagem por área marítima conflagrada, declaradamente sob bloqueio submarino, onde os afundamentos se sucediam em números crescentes e alarmantes²⁴. Explorando tais incidentes, a imprensa mobilizou a opinião pública em respaldo às pretensões político-econômicas de auferir benefícios ao ingressar na guerra ao lado dos virtuais vencedores.

Nesse período, não se identifica um conceito estratégico nacional formalmente enunciado. A Marinha não chegava a um consenso quanto ao modelo de esquadra pretendida para a defesa de nosso mar territorial. Ora se buscava a distribuição equilibrada de meios de modo a prover uma defesa abrangente da costa (Programa Júlio de Noronha)²⁵, ora se idealizava uma esquadra poderosa para o combate oceânico (Programa Alexandrino de Alencar).

²⁴ Contam-se como brasileiros os seguintes mercantes afundados: *Paraná* (em 04/04/1917, na França), *Tijuca* (em 20/05/1917, na França), *Lapa* (em 22/05/1917, na Inglaterra) e *Macau* (em 18/10/1917). O *Lapa* e o *Macau*, porém, eram navios alemães que o Brasil utilizava ilegalmente. Sofreram encalhes o *Tupi* (em 15/10/1917, no Marrocos), o *Acary* e o *Guaíba* (ambos em 02/11/1917, em Cabo Verde). Apenas este último era nacional; os outros dois pertenciam a companhias de navegação alemãs e o Brasil os empregava ilegalmente no transporte de material para os aliados.

²⁵ O almirante Júlio César de Noronha (1845-1923), herói da Guerra do Paraguai, ministro da Marinha de 1902 a 1906, promoveu profunda reforma e pregou a necessidade de urgente reaparelhamento da Marinha. Seu programa, defendido na imprensa e no parlamento, teve apoio do deputado Laurindo Pitta.

Esta última proposição foi a mais firmemente perseguida, dada à recorrência com que seu principal defensor ocupou o cargo de ministro da marinha.²⁶ Segundo Carone (1972, p. 369), da persistente e influente administração Alexandrino, submetido às conveniências políticas do momento, resultou uma marinha letárgica, decrépita, pessimista e ineficiente.

Apesar disto, o governo brasileiro se prontificou a colaborar com o esforço de guerra aliado enviando a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)²⁷ com a tarefa de atuar na defesa de áreas marítimas e no patrulhamento da costa ocidental da África, entre as Ilhas do Cabo Verde, o litoral do Senegal e o Estreito de Gibraltar. A ainda que pequena, mal aparelhada, obsoleta, em precárias condições de manutenção e não convenientemente treinada, a DNOG foi, segundo Vianna Filho (1985, p. 49 e 52), *“a expressão naval do poder nacional destinada a alcançar os objetivos políticos oriundos de compromissos de aliança”*. O conceito estratégico naval brasileiro adotado consistiu na defesa de áreas marítimas, mediante ações de presença e patrulhamento ao longo da costa, para assegurar as rotas de navegação de interesse da economia nacional. Dada a fragilidade da armada nacional, os Estados Unidos enviaram uma esquadra para as ações navais necessárias no Atlântico Sul.²⁸

²⁶ O almirante Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926) ocupou a pasta do Ministério da Marinha de 15/11/1906 a 15/11/1910, de 02/08/1913 a 15/11/1918 e de 15/11/1922 até sua morte, em 16/04/1926, totalizando doze anos e oito meses no cargo. (GAMA, 1982, p. 08 a 11)

²⁷ Constituíam a DNOG os cruzadores Bahia e Rio Grande do Sul, os contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina, o navio-oficina Belmonte e o rebocador de alto-mar Laurindo Pitta.²⁸ No auge da guerra, as belonaves brasileiras permaneciam de quatro a sete meses ininterruptos no porto; atuavam em patrulhamento por dois ou quatro meses. A viagem mais amiúde realizada era no trecho Rio de Janeiro- Ilha Grande- São Sebastião- Santos. O litoral Norte-Nordeste e do Sul eram vigiados por três navios, cada um, em sistema de rodízio. (GAMA, 1982, p. 94 a 113)

²⁸ No auge da guerra, as belonaves brasileiras permaneciam de quatro a sete meses ininterruptos no porto; atuavam em patrulhamento por dois ou quatro meses. A viagem mais amiúde realizada era no trecho Rio de Janeiro- Ilha Grande- São Sebastião- Santos. O litoral Norte-Nordeste e do Sul eram vigiados por três navios, cada um, em sistema de rodízio. (GAMA, 1982, p. 94 a 113)

Nesse período, o comando do exército brasileiro, apesar dos anseios de aparelhar e preparar convenientemente seus quadros, contou apenas com iniciativas isoladas e descontínuas, limitadas ao envio de oficiais para estágio no exército prussiano (tido como o mais organizado e poderoso da época), a algumas mudanças organizacionais e à aquisição de armamentos na Alemanha (CARONE, 1972, p. 350). A imprensa norte-americana alardeou a promissora contribuição militar que nosso exército poderia prestar aos Aliados, mas tudo faz crer tenha se tratado apenas de uma iniciativa de contrainteligência para gerar falsas expectativas.

O Brasil não enviou tropas para a luta na Europa. Alegava-se a existência do "perigo argentino" e do "perigo alemão". No primeiro caso, a Argentina, instigada pela Alemanha, poderia se aproveitar da saída de grandes contingentes militares do Brasil para tentar reaver a posse do território de Palmas/Missões. No segundo, imigrantes alemães do sul do Brasil, do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, do sul da Bolívia e do Peru se uniriam num movimento pangermânico para criar situações de conflitos que levassem ao surgimento da Alemanha Antártica em terras sul-americanas. (VINHOSA, 1989, p. 159, 160)

A preocupação com as fronteiras a oeste se evidenciou com os trabalhos da "Comissão Rondon"²⁹. Seu caráter estratégico-militar residia na urgente necessidade de povoar aquelas áreas e ali desenvolver uma infraestrutura que assegurasse a integridade territorial e estabelecesse a soberania nacional (DIACON, 2006, p. 197). Apesar da grandiosidade do trabalho de Rondon, a prioridade maior do exército brasileiro não residia no extremo oeste do país.³⁰

²⁹Criada em 18 de fevereiro de 1907, a Comissão de Instalação de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CILTEMTA), mais conhecida como "Comissão Rondon", concluiu seus trabalhos em 1916. Sob a chefia de Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), este projeto desenvolvimentista se propunha a integrar os povos indígenas à nação brasileira e incorporar terras longínquas ao modelo político-econômico nacional. A instalação das linhas telegráficas favoreceria a abertura de estradas, extensão de ferrovias e criação de núcleos urbanos para estimular a migração e propiciar o escoamento de riquezas da região, notadamente borracha. (BIGIO, 2000, p. 6, 7, 9 e 11)

³⁰Na Presidência Hermes da Fonseca (1910-1914), em consequência da percepção da importância estratégica, expandiram-se vias férreas para Corumbá (MT), Uruguaiana (RS) e Santana do Livramento (RS), interligando-as às cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre. (TOPIK, 2002, p.140)

A distribuição dos contingentes da força terrestre nacional pelo território brasileiro revela maior concentração de recursos e de tropas, por habitantes e por área geográfica, nas regiões sudeste e sul do país.³¹ No sudeste, a prioridade era o Distrito Federal, sede do governo central, onde inclusive se demonstrava maior preocupação com a eficiência operacional; no sul, a maior densidade de tropas se voltava para as fronteiras com a Região do Prata (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p. 79 e 128). Como pensamento estratégico nacional terrestre, verifica-se a preocupação em preservar as fronteiras do país, assegurar sua integridade territorial e manter a soberania nacional suprindo, principalmente, a Capital Federal e as fronteiras ao sul com estruturas de defesa dissuasórias contra possíveis agressões estrangeiras, hipoteticamente provenientes da Argentina.

A Baía da Guanabara se constituía na região capital de defesa do sistema de fortificações de artilharia de costa do Brasil.³² Ali se somavam seis baterias³³ em Niterói e outras seis na cidade do Rio de Janeiro. Em Santos, o Forte de Itaipu contava com três baterias. A terceira prioridade estava no litoral sul, que dispunha de quatro baterias³⁴. O litoral nordeste do Brasil contava com três baterias³⁵. Nosso extremo Oeste ficava praticamente indefeso.³⁶ O mesmo se

³¹ O território nacional foi dividido em sete regiões militares, com destaque para a 5ª Região Militar (DF), com sede na Capital Federal, e a 7ª Região Militar (RS), com sede em Porto Alegre. As outras cinco regiões militares se constituíam, cada uma, de vários Estados da Federação. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p. 130)

³²A proteção da entrada da Baía da Guanabara se mostrava necessária desde as invasões francesas na região, em 1555, e se desenvolveu ao longo de quatro séculos diante de sucessivos ataques de piratas (FRAGOSO, 2004, p. 26, 74 e 127), ações de esquadras nacionais revoltosas e ameaças da marinha argentina (BANDEIRA, 1973, p. 142 e 179). As mais recentes construções foram os fortes de Copacabana (1914), Duque de Caxias e Barão do Rio Branco (ambos de 1917). (FORTES, 2001, p. 101, 102, 126, 127, 134 e 137).

³³ Chama-se bateria um conjunto de quatro a seis peças idênticas (obuseiros, morteiros ou canhões) de artilharia, o pessoal que as manuseia ou ainda as instalações que as abrigam.

³⁴ Uma em Rio Grande (RS), duas em Florianópolis (SC) e uma no forte da Ilha do Mel (PR).

³⁵ Duas em Salvador (BA) e uma em Recife (PE)

³⁶ Contava com seis baterias em Mato Grosso, nas velhas fortificações de Corumbá e no Forte Coimbra, mas destas apenas uma tinha algum valor combatente.

pode dizer da Região Norte, que dispunha de quatro baterias espalhadas pela imensidão da Amazônia.³⁷ Com a Primeira Guerra Mundial, improvisaram-se baterias para defesa de costa em velhos fortes do período colonial de Fortaleza (CE), Natal (RN), Cabedelo (PB) e Recife (PE). (FORTES, 2001, p.141, 143 e 145)

Uma avaliação da conjuntura nacional no período histórico em estudo (1914-1918), leva-nos a inferir que a Política Militar Brasileira se pautaria nas seguintes diretrizes gerais: modernização das forças armadas com a busca de reaparelhamento e de aperfeiçoamento técnico-organizacional; evolução e atualização de sua doutrina militar; e de contribuição para o atendimento das relações internacionais do Brasil. Os aspectos norteadores de uma Estratégia Militar Brasileira teriam sido:

1. preparar, aparelhar e distribuir as forças armadas pelo território nacional de modo a manter sua integridade e preservar sua soberania, levando em consideração as características de vasta extensão territorial e de ampla linha costeira;

2. compatibilizar a capacidade de defesa nacional com a estrutura política e econômica do país;

3. do ponto de vista da defesa externa, o espaço geográfico de interesse para o Brasil englobava, exclusivamente, a América do Sul, com particular atenção às fronteiras meridionais do país, marcadas por disputas históricas com povos hispânicos oriundos das atuais terras da Argentina;

4. o Atlântico Sul se constituía em área vital de interesses políticos e econômicos para o Brasil exigindo capacidade de proteção das linhas de comunicações marítimas que demandavam aos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

A partir destas considerações, tomando como base o panorama mundial no qual o Brasil se encontrava imerso, considerando-se os interesses e compromissos da política externa brasileira, levando-se em conta suas vulnerabilidades estratégicas, podemos depreender que os possíveis riscos ou hipóteses de emprego efetivo de forças para a defesa do Brasil (sua soberania, sua integridade territorial, seu patrimônio e interesses nacionais) se dariam na seguinte ordem de prioridade:

³⁷ Em Macapá (AP), Tabatinga (AM), Óbidos (PA) e Belém (PA), mas apenas esta última bateria contava com algum valor militar.

1. na Capital Federal;
2. no litoral sudeste do país, onde se situam os portos do Rio de Janeiro (RJ) e de Santos (SP);
3. nas fronteiras terrestres ao sul do país, onde a belicosidade argentina se consubstanciava como maior ameaça;
4. na região e no mar territorial do nordeste do país.
5. nas fronteiras terrestres e nas bacias fluviais do norte e do sudoeste do país, onde a presença humana era bastante rarefeita; e
6. em caso de defesa interna, para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

O uso das instituições militares na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem tinha previsão constitucional e mostrou-se situação recorrente à época. As estatísticas de conflitos no país apontam para uma realidade de emprego das forças armadas bem distinta daquela imaginada prioritariamente pelas lideranças políticas e militares. Dentre as 50 ocorrências registradas, apenas três se deram com países vizinhos (nenhuma nas fronteiras ao sul; todas ao norte) sendo que das 47 ocorrências internas, onze se passaram no Rio de Janeiro.³⁸ Por outro lado, pode-se argumentar que as previsões não se consubstanciaram em razão justamente da distribuição preventiva de forças adotada.

Outrossim, a hipótese de emprego de força militar no atendimento a compromissos internacionais estava descartada pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil vigente (de 24 de fevereiro de 1891). A possibilidade de envolvimento do país em guerra no exterior só seria admissível em caso de defesa, como resposta a agressão ao território nacional. Eis o que diz o artigo 14 da referida Carta Magna:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais. (SENADO FEDERAL, 1986, p. 89) (Grifo nosso)

³⁸ As estatísticas dos conflitos armados nas primeiras décadas do período republicano no Brasil registram as seguintes ocorrências: onze no Rio de Janeiro; oito no Mato Grosso; cinco no Ceará; quatro no Rio Grande do Sul; três em Pernambuco e em Santa Catarina; duas em São Paulo, Paraná, Bahia, Amazonas e Acre; uma em Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Amapá. (DONATO, 2001, p.135 a 153).

Corroborava tal assertiva o comentário do Ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, em seu relatório anual ao Presidente da República, sobre o contido no Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, que tratava da remodelação do Exército Nacional:

O exército, constituído pelas forças de primeira linha e suas reservas, é destinado a entrar pronta e rapidamente em ação formando o exército de campanha e as guarnições dos pontos fortificados (...) para opor-se às primeiras operações do adversário, em caso de guerra, impedindo assim a violação do território da Pátria; (...) todos devem, pelo menos, estar em estado de resistir a uma invasão inimiga (...) e combater o inimigo (...), se ele transpuser as fronteiras do país. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p. 130). (Grifo nosso)

Tendo em vista seus limitados recursos de poder, o Brasil se restringia ao emprego das forças armadas apenas para a garantia da ordem interna e em caso de autodefesa, circunstância para a qual adotava a Estratégia da Dissuasão, que consiste na assunção de postura defensiva que ofereça possibilidade de represália de ordem a desestimular, no pretense agressor, o recurso à aventura bélica. Outrossim, o Brasil estaria amparado contra agressão externa pela doutrina do pan-americanismo³⁹, capitaneada pelos EUA.

Com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, o Brasil vislumbrou ganhar prestígio internacional e auferir dividendos que lhe propiciassem melhor posicionamento na nova ordem mundial, a ser construída com os acordos de paz no pós-guerra. As forças armadas brasileiras não tinham a capacidade de instrumentalizar uma estratégia que respaldasse efetivamente as pretensões da política externa do país. Para tanto, a alternativa encontrada foi posicionar-se “*a la suite*” de uma potência mundial, aliando-se aos Estados Unidos, que se associara aos membros da Tríplice Entente. (CALÓGERAS, 1933, p.125)

³⁹ Teoria do século XVIII, criado por John Quincy Adams, segundo a qual as nações do Novo Mundo constituem uma só comunidade, a despeito de suas diferenças culturais. Com base nela, a partir de 1823, James Monroe via como ato de agressão qualquer tentativa de ingerência de governos europeus na América. (AZEVEDO, p. 2012, p. 344, 345)

Por seu turno, os Estados Unidos esperavam que o ingresso do Brasil na guerra, com seu peso específico na América Latina (grandeza territorial, população e presença política), influenciasse outros países a aderirem à causa aliada, principalmente a Argentina (maior economia da América do Sul). Estas potências regionais dariam suporte econômico à causa norte-americana com o fornecimento de gêneros de primeiras necessidades, enquanto os demais seguidores prestariam respaldo político legitimando as ações norte-americanas. Contudo, pela cronologia das declarações de guerra à Alemanha, percebe-se que o Brasil, em vez de atrair adesões para o conflito, viu-se atraído.⁴⁰

Tendo em vista expressar sua contribuição ao esforço de guerra aliado, o Brasil foi adotando esparsamente diversas iniciativas que podem ser listadas, genericamente, da seguinte forma: no campo político e diplomático, emitiram-se moções e protestos formais contra a agressão alemã e em apoio à causa aliada, aprisionaram-se súditos alemães em campos de concentração; na área financeira, restringiram-se negócios, investimentos e atividades bancárias alemãs; no campo psicossocial, citam-se leniência de autoridades com as depredações de casas comerciais, de clubes e de jornais de súditos alemães, criaram-se ligas e associações para atividades promocionais da causa aliada com recolhimento de doativos, passeatas, manifestações e campanha para adoção de órfãos de guerra; na área comercial, destacam-se o crescimento da pauta de exportação de gêneros alimentícios e de minérios em volumes crescentes a preços reduzidos para os aliados, o comércio com a Alemanha praticamente deixou de existir, foram apresados navios alemães nos portos brasileiros para posterior afretamento à França (numa época em que navios para transporte de carga se tornaram vitais para o abastecimento das cidades); no campo militar, abriram-se os portos nacionais para manutenção e abastecimento de navios aliados, enviou-se uma divisão naval (DNOG) para patrulhar a costa ocidental africana a partir de Gibraltar, enviaram-se aviadores à Inglaterra para treinamento e patrulha sobre o Canal da Mancha, enviaram-se comissões para compra de material bélico dos países

⁴⁰ Os EUA declararam guerra à Alemanha em 06/04/1917, seguidos por Cuba (07/04/1917), Panamá (08/04/1917), Guatemala (27/04/1917), Nicarágua (08/05/1917), Brasil (28/10/1917), Costa Rica (23/05/1918), Haiti (12/07/1918) e Honduras (19/07/1918).

aliados, militares brasileiros lutaram pela França no front ocidental, voluntários seguiram para a luta na Europa (em sua maioria imigrantes europeus ou seus descendentes), instalou-se um hospital militar em Paris (totalmente às custas do erário nacional) e enviou-se uma missão de médicos para atender os feridos de guerra em diversas localidades da França.⁴¹

O quadro situacional interno do Brasil à época da Grande Guerra não era nada alvissareiro: o país vivenciou séria crise econômica (com a perda de seu terceiro maior parceiro comercial devido ao bloqueio naval aliado e com a baixa dos preços de suas *commodities*); crise financeira (cessaram os empréstimos de bancos estrangeiros e reduziu-se o recolhimento dos impostos sobre importações), havia instabilidade política interna e frequentes levantes nos Estados da federação, a Guerra do Contestado (região entre Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916) exigia gastos elevados, sacrifícios em vidas humanas, perdas materiais e gerava insatisfações entre os militares, os Estados da região Nordeste sofriam as agruras da Seca do Quinze com elevadas perdas humanas, agrícolas e pecuárias, reinava insatisfação nas camadas populares em razão da carestia e da inflação, ocorreriam greves de trabalhadores nos grandes centros urbanos.

Em suma, a hipótese viável de conflito externo para o Brasil estava ambientada na América do Sul, mais especificamente nas fronteiras meridionais do país, sendo a Argentina a mais provável agressora. A situação recorrente de emprego das forças armadas na história recente do país era em casos de restabelecimento da lei e da ordem nos Estados da União. O Brasil sofria impedimento constitucional de se aventurar militarmente no exterior, salvo se sofresse agressão em seu território, e estava escudado contra aventuras militares estrangeiras pelos preceitos da Doutrina de Monroe⁴², capitaneada pelos Estados Unidos (TOPIK, 2002, p.408).

⁴¹A Comissão de Estudos e Apurações de Guerra constituiu-se de 36 militares. A Missão Médica totalizava 151 membros. A DNOG, composta de oito navios, perfazia uma tripulação de 1502 homens. A Aviação Militar brasileira contribui com 09 representantes.

⁴² Doutrina proferida pelo Presidente James Monroe, em 1823, no Congresso dos Estados Unidos, segundo a qual não seria aceita qualquer interferência estrangeira no continente americano.

A conjunção dos diversos fatores condicionantes (geográfico, histórico, social, político, econômico, diplomático, cultural, tecnológico, industrial, de infraestrutura, logístico e militar) não permitiam ao Brasil vislumbrar a possibilidade de seu envolvimento direto num conflito entre potências europeias. O Brasil não tinha com nenhum dos países envolvidos naquele conflito qualquer litígio que justificasse o recurso ao vetor militar. Suas expressões de poder não demonstravam capacidade de respaldo a qualquer tentativa de influência sobre aquelas nações beligerantes. Ademais, o Brasil já havia consolidado uma tradição de solução de litígios pela via diplomática.

A política externa materializava como objetivo (foco de suas pretensões) a posição que o Brasil deveria ocupar na nova ordem internacional, a ser definida no pós-guerra com os acordos de paz⁴³ e a criação da Liga das Nações⁴⁴, idealizada pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson (1856-1924). Para alcançar este objetivo político, o governo brasileiro traçou a estratégia de envolvimento gradual no conflito mundial, compulsado e atraído por laços políticos, diplomáticos e econômicos com os Estados Unidos, com a Inglaterra e a França. Faltava-nos, porém, a capacidade política de congregar e direcionar as diversas expressões do poder nacional para a conquista do objetivo estabelecido.

Não encontramos evidências ou indícios que apontem para a preocupação das classes dirigentes brasileiras quanto à elaboração prévia de uma estratégia a ser adotada com relação à luta em qualquer dos teatros de operações da Grande Guerra. A estratégia vislumbrada como viável consistia no alinhamento do Brasil aos interesses dos Estados Unidos da América. Diante da crescente submissão e convergência de interesses das classes dirigentes do Brasil aos interesses das grandes potências e fruto do erro de

⁴³ Na Conferência de Paz de Paris, realizada ao fim da Primeira Guerra Mundial, foram assinados os seguintes acordos: Tratado de Versalhes (com a Alemanha), Tratado de Saint Germain-en-Laye (com a Áustria), Tratado de Neuilly-sur-Seine (com a Bulgária) e Tratado de Sévres (com a Turquia). (VINHOSA, 1989, p. 236)

⁴⁴ A Sociedade das Nações (ou Liga das Nações) foi criada em 1919, na Conferência de Paz em Paris, como organização política de cooperação internacional destinada a evitar novo conflito mundial. Seus membros se comprometeriam a não recorrer à guerra, manter transparência nas relações internacionais, observar os preceitos do direito internacional e respeitar os tratados. Foi extinta com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. (AZEVEDO, 2012, p. 282)

avaliação das lideranças nacionais quanto aos recursos de poder do país frente às estas potências (BARACUHY, 2005, p.51 a 54), diversas iniciativas esparsas foram se emaranhando para cristalizar uma estratégia de inserção no jogo político internacional.

Não havendo uma estratégia brasileira minuciosa e previamente elaborada com vistas à Guerra na Europa, podemos inferir que ela foi se delineando com a evolução do quadro político internacional. A estratégia político-militar brasileira na Primeira Guerra Mundial consistiu em gradualmente se amoldar à conjuntura política internacional tentando superar os óbices surgidos em decorrência de fatores internos, dos desdobramentos da Grande Guerra e de seus reflexos para os interesses nacionais.

O Brasil se dedicou a prestar toda e qualquer colaboração ao seu alcance para tornar efetiva sua participação no conflito, o que pretensamente lhe habilitaria a reivindicar (tácita ou expressamente) o direito de deliberar, junto às grandes potências, sobre as questões da política mundial. Pela estratégia política, o Brasil estabeleceu, como artifício para adquirir projeção internacional, aliar-se aos interesses norte-americanos posicionando-se ao lado e à sombra dos Estados Unidos em apoio à causa aliada. Mas não bastaria o apoio político, diplomático, econômico, psicossocial e material aos Aliados. Faltava a colaboração militar, razão pela qual, como estratégia militar, o Brasil se propôs a prestar qualquer ajuda que pudesse ser contabilizada como "tributo de sangue"⁴⁵ ao esforço bélico aliado.

⁴⁵ Contabilizam-se como brasileiros mortos nesta guerra: 156 membros da DNOG acometidos por "gripe espanhola", na costa africana; 08 marinheiros de navios mercantes atacados; um tenente do Exército em acidente aéreo na Inglaterra; um tenente do Exército em luta pela França. Os números de mortes por gripe espanhola entre marinheiros da DNOG, quando de volta ao Brasil, são imprecisos; consta apenas o falecimento de um capitão-tenente, já em Salvador. Não encontramos registros dos voluntários nacionais enviados à Europa, mas no mausoléu da Associação Francesa de Veteranos de Guerra, no Cemitério São João Batista (RJ), constam sobrenomes de 05 brasileiros. Soube ainda da existência do túmulo de um piloto brasileiro, voluntário de guerra, em Chantilly (França). Como feridos constam um capitão e um tenente do Exército (em luta na França) e um tenente da Marinha (em acidente aéreo, na Inglaterra).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto. *Fatos da História Naval*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1971.

ÁLVARES, Obino Lacerda - *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

AXELROD, Alan e PHILLIPS, Charles. *The MacMillan Dictionary of Military Biography*. New York: MacMillan, 1998.

AZEVEDO, Antonio C. Do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARACUHY, Braz. *Vencer ao Perder: a Natureza da Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

BAYLIS, John *et Alli* - *Strategy in the Contemporary World*, New York: Oxford University, 2002.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a Integração Nacional*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental: o Drama da Raça Humana*. 25 ed., v. II. Porto Alegre: Globo, 1983.

BURNS, E. Bradford. *A Aliança não Escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2003.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de Administração*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da Estratégia*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1980.

CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. *Rio Branco: A América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.

CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COSTA NETO, Luciano. *Hegemonia e Crise no Século XIX*. Recife: Santos, 1994.
- DIACON, Todd. *Rondon, o Marechal Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- DÖPCKE, Wolfgang - "Apogeu e colapso do sistema europeu (1871-1918)" in Saraiva, José Flávio Sombra *Relações Internacionais - Dois séculos de história: Entre a preponderância européia americano-soviética (1871-1947)*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- FORTES, Hugo G. Borges. *Canhões Cruzados: Uma Síntese da História da Artilharia de Costa Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os Franceses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- GOOCH, John. "The weary titan: Strategy and policy in Great Britain, 1890-1918". In MURRAY et Alli. *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: Cambridge University, 1994.
- HAYTHORNTHWAITE, Philip J. *The World War One Source Book*, London: Brockhampton, 1992.
- HART, B. H. Lidell. *As Grandes Guerras da História*. 3 ed. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1982.
- HERWIG, Holder H. "Strategic uncertainties of a nation-state: Prussia-Germany, 1871-1918". In MURRAY et Alli, *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: 1994.
- HUMBLE, Richard. *A marinha alemã: a esquadra de alto mar*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- LAFEBER, Walter. *The American Age: U. S. Foreign Policy at Home and Abroad (1750 to the Present)*. 2 ed. New York: W. W. North & Company, 1994.
- MARTINS, Hélio Leôncio. "Forças Combatentes". In: *História Naval Brasileira*. 5 vol., tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

MCCANN, Frank D. *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do Exército Brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Capital Federal: Imprensa Militar, 1915.

_____. *Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Militar, 1918.

PROENÇA JUNIOR, Domício et alli - *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RODRIGUES, Luiz César Barreto. *A primeira guerra mundial*. Campinas: Universidade de Campinas, 1985.

SENADO FEDERAL. "Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)" in *Constituições do Brasil (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações)*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986 (v. I).

SIBLEY, Roger - *Alemães na África: guerrilha magistral*. Rio de Janeiro: Renes, 1979.

STEVENS, W. O. & WESTCOTT, A. *História do Poder Marítimo*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SULLIVAN, Brian R. "The strategy of the decisive weight" in MURRAY et alli. *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: Cambridge University, 1994.

TOPIK, Steven C. "As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos na Época de Rio Branco". In: CARDIM, C. H. & ALMINO, J. *Rio Branco e a Modernização do Brasil*, Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.

VIANNA FILHO, Arlindo. *Estratégia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

VIDIGAL, Armando; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Guerra no Mar*. Rio de Janeiro: record, 2009.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.